



LUIS MANUEL FONSECA PIRES
RICARDO MARCONDES MARTINS

UM DIÁLOGO SOBRE A JUSTIÇA

A JUSTIÇA ARQUETÍPICA
E A JUSTIÇA DEÔNTICA

Área específica

Filosofia do Direito. Teoria Geral
do Direito. Filosofia.

Áreas afins

Filosofia.

Público-alvo/consumidores

Graduação e Pós-Graduação em Direito.
Graduação e Pós-Graduação em Filosofia.
Graduação e Pós-Graduação em Ciências
Políticas.

Formato: 14,5x21,5 cm
CÓDIGO: 10000234

P667d	Pires, Luis Manuel Fonseca
	Um diálogo sobre a justiça: a justiça arquetípica e a justiça deôntica / Luis Manuel Fonseca Pires ; Ricardo Marcondes Martins. Belo Horizonte : Fórum, 2012.
	278 p. ISBN 978-85-7700-536-9
	1. Filosofia do direito. 2. Teoria geral do direito. 3. Filosofia. I. Martins, Ricardo Marcondes. II. Título.
	CDD: 340. 01 CDU: 340. 12
Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): PIRES, Luis Manuel Fonseca; MARTINS, Ricardo Marcondes. <i>Um diálogo sobre a justiça: a justiça arquetípica e a justiça deôntica</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2012. 278 p. ISBN 978-85-7700-536-9.	

A lei é justa? A sentença é justa? O que é justo? Existe justiça? O Direito é justo? Luis Manuel Fonseca Pires e Ricardo Marcondes Martins, professores de Direito Administrativo da PUC-SP — o primeiro magistrado estadual, e o segundo procurador municipal —, enfrentaram essas questões e apresentam um diálogo sobre a Justiça. A proposta é, ao menos no Brasil, incomum: a contraposição de duas visões antagônicas sobre um mesmo tema, num acirrado e honesto debate.

Para Ricardo Martins a Justiça é um tema essencialmente jurídico, considerando-se o direito um conjunto de normas vigentes numa dada sociedade. A Justiça diz respeito à teoria da norma, pois a intolerável injustiça importa na inexistência da norma jurídica; à teoria hermenêutica, pois a norma injusta é inválida e somente a correta interpretação revela a justiça normativa; e à teoria da argumentação, pois a justiça configura um metacódigo que baliza o discurso dos juristas. A justiça é, portanto, um fenômeno próprio do direito e, por isso, humano. Associa-se a sentimentos bons, como a maturidade necessária à compreensão do outro, e a sentimentos maus, o repúdio pelo que se considera injusto e o desejo de retribuição à injustiça sofrida.

Para Luis Manuel a justiça, sob o prisma filosófico, diz respeito à consciência arquetípica decorrente da existência divina. Não se restringe à dogmática jurídica. A racionalidade que conduz à conscientização das verdades que compõem a ideia de justiça elabora-se com a frequente emersão de frações dos arquétipos coletivos. Instinto, intuição e sentimento enformam as razões da justiça. Instinto de justiça: uma lei natural de preservação e conservação da espécie; intuição de justiça: igualmente irracional, mas indispensável à percepção do justo; sentimento de justiça: fragmentos da justiça arquetípica que se iluminam e assomam do inconsciente coletivo. Uma trajetória da consciência que se dá em espiral.

Para Ricardo justiça e ódio são temas indissociáveis; para Luis Manuel, justiça e ódio são temas incompatíveis, justiça afina-se com o amor.

Justiça arquetípica, de um lado, justiça deôntica de outro. Ao sustentarem as respectivas posições, os autores dialogam sobre o significado de ciência e de verdade, sobre a tolerância e o ódio, sobre a amizade. Examinam a existência e o significado de uma Ciência do Direito e a possibilidade de uma correta interpretação normativa. Enfrentam alguns tabus como o aborto, a pena de morte, a comprovação racional da existência de Deus.

O resultado é um saboroso desafio: após a leitura de visões tão díspares, espera-se que o leitor não consiga permanecer isento e, junto com os autores, tente descobrir o que é a Justiça. Almeja-se que, ao final, o leitor se posicione em prol ou da justiça arquetípica ou da justiça deôntica, mas sem se apegar a maniqueísmos simplistas. O diálogo entre os autores, enfim, apresenta-se como um diálogo com o leitor. Não pretende apresentar respostas definitivas, mas fornecer subsídios para que o leitor formule suas próprias respostas.

Está lançado o desafio!

LUIS MANUEL FONSECA PIRES

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo na Graduação e na Pós-Graduação lato sensu da PUC-SP. Associado ao Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP). Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos da Função Pública (IBEFP). Juiz de Direito no Estado de São Paulo. Autor das obras: Controle judicial da discricionariedade administrativa: dos conceitos jurídicos indeterminados às políticas públicas, pela Campus-Elsevier (finalista do Prêmio Jabuti 2009). O Estado social e democrático e o serviço público: um breve ensaio sobre liberdade, igualdade e fraternidade, pela Fórum. Limitações administrativas à liberdade e à propriedade; Regime jurídico das licenças; Loteamentos urbanos, todas pela Quartier Latin. Cooordenador e coautor de Intervenções do Estado; Responsabilidade civil do Estado: desafios contemporâneos, ambas pela Quartier Latin. Corrupção, ética e moralidade administrativa, pela Fórum.

RICARDO MARCONDES MARTINS

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Monografia Jurídica “Prof. Dr. Paulo Freire” da Faculdade de Direito desta Universidade. Membro do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP). Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB-SP. Segundo Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos da Função Pública (IBEFP). Procurador do Município de São Paulo. Advogado-Consultor em Direito Público. Além de diversos trabalhos publicados em revistas jurídicas especializadas, publicou anteriormente as seguintes obras: Regulação administrativa à luz da Constituição Federal; Abuso de direito e constitucionalização do direito privado; Efeitos dos vícios do ato administrativo, todas pela Malheiros.

SUMÁRIO DO LIVRO:

APRESENTAÇÃO

Luis Manuel Fonseca Pires, Ricardo Marcondes Martins

CAPÍTULO I

JUSTO DIREITO, DIREITO JUSTO – ONDE A JUSTIÇA?

Luis Manuel Fonseca Pires

CAPÍTULO II

DIREITO E JUSTIÇA

Ricardo Marcondes Martins

CAPÍTULO III

JUSTIÇA ARQUETÍPICA – INSTINTO, INTUIÇÃO E SENTIMENTO DE JUSTIÇA – A CONSCIÊNCIA DE JUSTIÇA

Luis Manuel Fonseca Pires

CAPÍTULO IV

JUSTIÇA DEÔNTICA

Ricardo Marcondes Martins

CAPÍTULO V

LABIRINTOS DO ÓDIO

Luis Manuel Fonseca Pires

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTO

ÍNDICE ONOMÁSTICO